



Anais da Assembléia

N.º 70

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 12 DE JUNHO DE 1981

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 1981

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério, secretariada pelos Senhores Deputados Nilton Friedrich e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fiori Luiz, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gilberto Agibert Filho, Fuad Nacli, Gabriel Manoell, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, José Domingos, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messas, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Palácios, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (33), achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Antônio Facci, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Egon Pudell, João Elísio, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Buffara, Paulo Camargo, Pinto Dias, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Trajano Bastos (23). Encontrando-se em licença os Senhores Deputados: José Tavares e Valduga (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento, no Município de CLEVELÂNDIA, do Senhor ARMINDO FRANCISCO DOS PASSOS.

O extinto era comerciante, suinocultor e filho de uma das mais tradicionais famílias de CLEVELÂNDIA, onde exercia suas funções com zelo e desse modo, pai de família exemplar. Seu desaparecimento é lamentado não só por seus familiares mas por toda a população clevelandense, onde o mesmo gozava de grande admiração.

Requer-se, ainda, que se dê ciência do presente à família enlutada na pessoa de sua esposa, residente em Clevelândia, ao Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, bem como a seu pai, Sécido dos Passos.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1981.

a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Rotary Club pelo êxito da realização da VII Conferência do Distrito 464, em particular pelo “Trabalho Êxodo Rural” elaborado pelo Rotary de Francisco Beltrão, análise competente da realidade rural paranaense e brasileira, contendo inclusive alternativas de medidas concretas para fixação do homem ao campo.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1981.

a) TÚLIO ZANCHET

JUSTIFICATIVA:

A abordagem da realidade sócio-econômica paranaense e brasileira é de transcendental importância, na medida em que fornece valioso subsídio para a correção das distorções e formulação de uma política global que atenda, principalmente a curto prazo, as necessidades e aspirações maiores das comunidades.

Neste sentido, a VII Conferência do Distrito 464 do Rotary Internacional, realizada de 3 a 5 de abril último, teve como tese de destaque o “Trabalho sobre o Êxodo Rural” — apresentado pelo Rotary de Francisco Beltrão — e que ao traçar um perfil histórico do povoamento e da ocupação econômica do sudoeste paranaense, bem como — e nos parece mais importante — das causas e proposições no tocante à problemática do êxodo rural, oferece material de meditação valioso para todos quantos interessam-se pela realidade paranaense.

Estudo sério, de alto nível técnico e excepcional alcance social, faz merecer o reconhecimento desta Casa de Leis e justifica, entre outros merecimentos, este nosso voto de congratulações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, MD Governador do Estado, e ao Excelentíssimo Senhor Dr. Vilson Ribas Deconto, MD Secretário de Estado do Planejamento, sugerindo a inclusão, no Orçamento Geral do Estado para o exercício financeiro de 1982, de dotação para aquisição de terras, objetivando o reassentamento de indenizados com a construção de hidrelétricas em nosso Estado.

É o que requer.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1981.

a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A construção de diversas barragens, para aproveitamento hidrelétrico de nossos rios, tem contribuído significativamente para o esvaziamento populacional de nosso Estado, bem como na queda de produção de alimentos e, conseqüentemente, na arrecadação de impostos.

Poucas medidas concretas, até o momento, foram tomadas no sentido de impedir que os valorosos agricultores paranaenses, os mais atingidos com estas obras, venham abandonar nosso Estado e até nosso País.

Todos sabemos que não é de vontade dos atingidos abandonarem as terras paranaenses e deixarem de fazê-las produzir, mas é a alternativa que lhes resta tendo em vista o pouco que se tem oferecido à nível estadual e o nada à nível federal.

A inclusão de dotação, no Orçamento Geral do Estado pa-

ra o exercício financeiro de 1982, para aquisição de terras no Estado, objetiva dar aos futuros indenizados as mínimas condições de opção para reassentamento em nosso Estado. A localização de áreas de terra à venda pode ser tarefa da Fundação Instituto de Terras e Cartografia (ITC), que da mesma forma se encarregaria da revenda dos lotes aos indenizados interessados.

Os expropriados, uma vez aceita nossa modesta sugestão, poderão desde já serem cadastrados. Teriam estes agricultores garantidos suas esperanças, inúmeras vezes manifestadas, de se reassentarem no Estado do Paraná, que os viu crescer. Seria a retribuição mínima àqueles que com amor ajudaram, por sua vez, no desenvolvimento do Estado.

Tal medida, com certeza não impedirá que agricultores procurem reassentamento em outros Estados, mas pelo menos o Estado do Paraná oferecerá opção, cumprindo com sua tarefa elementar de servir o bem comum.

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa ainda deve estar lembrada do Movimento Justiça e Trabalho, encetado pelos suinocultores de nosso Estado, quando em fins de novembro e inícios de dezembro de 1980, obstruíram diversas rodovias, impedindo o transporte de suínos, com o fim de sensibilizar os responsáveis da política agrícola nacional diante da miserável cotação do produto suíno bruto. Tendo em vista a declarada incompetência do Governo em gerenciar os negócios agrícolas da Nação, os responsáveis pelo desenvolvimento apelaram para a ostentação militar com o propósito de dismantelar aquele movimento reivindicatório, amplamente apoiado pela sociedade e inúmeras entidades representativas. Além da intervenção violenta, característica dos governos incompetentes, que atendida os apelos dos frigoríficos de capital multinacional, uma série de acordos foram firmados entre a classe produtora paranaense, frigoríficos, Governo do Estado e Governo Federal.

Os acordos, na realidade, não atendiam, em seu todo, a classe produtora, mas as promessas de melhores preços e múltiplas vantagens assumidas pelo Governo do Estado, levaram a crer que a suinocultura paranaense viveria melhores dias... Já não é surpresa, nem para nós Parlamentares, e muito menos para a classe produtora paranaense de que as promessas e os compromissos assumidos pelo Governo do Estado não passaram de BLEFE. Sim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Governo do Estado do Paraná blefou com os suinocultores paranaenses. O Governo do Estado do Paraná continua sendo omisso diante da grave crise em que se encontra a suinocultura paranaense. O Governo do Estado do Paraná, que se responsabilizou para incentivar o consumo da carne suína junto a população, só o fez por algumas semanas, preferindo ocupar os espaços de divulgação de seu trabalho pela imprensa, mostrando maravilhas da qual o povo pouco proveito tem.

A suinocultura no Estado do Paraná já foi fator preponderante em sua economia, nem por isso mereceu ou recebeu a atenção na proporção em que tem contribuído para com o desenvolvimento do Estado. O desinteresse demonstrado pelos órgãos responsáveis, tanto à nível federal como estadual, provocaram o atual estado desleixado em que se encontra a suinocultura. As conseqüências dessa irresponsabilidade estão sendo sentidas hoje quando vemos milhares de famílias de agricultores apinhadas em favelas, freqüentando o aprendizado da marginalidade e por que não dizer da criminalidade próximas.

A suinocultura sempre foi um dos setores que mais mão-de-obra empregou. Sua falência, no entanto, está a desgraçar a vida de centenas de famílias rurícolas, que, já não encontrando trabalho no campo, procuram ironicamente por melhores dias nos centros urbanos.

É flagrante a omissão do Governo do Estado na defesa, não só da cafeicultura, mas também da suinocultura. O Estado do Paraná, o maior produtor, não sabe, através de seus mandatários, reclamar a atenção para um dos seus primordiais sustentáculos de sua economia.

A suinocultura em nosso Estado, Senhor Presidente e Senhores Deputados, está falindo. E se não houverem medidas cautelares, corajosas e mais responsáveis do que as até agora adotadas, sua falência de fato será irremediável. Muitos pequenos, médios e até grandes produtores estão a abater as matrizes, num claro sinal de protesto silencioso diante do desleixo com que se vem tratando dos problemas da classe.

Como se não bastasse a ridícula política adotada para com o café, o sustentáculo maior da vida econômica paranaense, estão criminosamente provocando o desaparecimento da suinocultura em nosso Estado. Por isso apelamos, desta tribuna, para que o Governo do Estado do Paraná acorde enquanto que é cedo, e saiba valorizar os setores que lhe deram nome e respeito na vida econômica nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa passagem pela tribuna é para o registro de duas datas altamente importantes e significativas para o nosso Estado: aniversário de duas cidades próximas a Curitiba, tradicional Lapa, e Quitandinha, que amanhã estarão comemorando aniversário.

Quitandinha, com 20 anos de Município. E a nossa querida e tradicional Lapa, tão comentada, com seus 212 anos.

“Vimos a esta tribuna para fazermos um apelo muito especial ao Sr. Governador Ney Braga, no próximo dia 13, a Legendária cidade da Lapa comemorará 212 anos de fundação.

Não nos cabe fazer um relato histórico deste fato, deste pedaço de chão paranaense, querido por todos nós, admirado por todos nós paranaenses, pelo muito que representa de civismo, de cultura, de exemplo; pelo muito que legou ao Paraná e ao Brasil; pelos homens ilustres que passaram à História, pelos homens ilustres que ainda hoje no exercício de altas funções dão a contribuição e a parcela de sacrifício em prol do desenvolvimento do nosso Estado e de nossa Nação. Um de seus filhos ilustres, e não poderíamos nos furtar a isso, é o nosso Governador Ney Braga. E, ao mesmo tempo em que saudamos todo o povo do Município da Lapa, desde as mais altas autoridades até o mais simples cidadão, nós fazemos um apelo ao Governador Ney Braga no sentido de que renove junto ao Ministério dos Transportes as solicitações que, certamente, já foram feitas anteriormente, no sentido de que sejam iniciadas as obras de melhoria da rodovia que liga Curitiba a Lapa, São Mateus do Sul e União da Vitória.

Há dias passados, atendendo convite de amigos, estive na cidade da Lapa e ficamos revoltados pelo péssimo estado em que se encontra o trecho rodoviário entre Curitiba e Lapa. Ficamos revoltados porque sabemos que já foram feitos apelos no sentido de que o Ministério dos Transportes volte sua atenção para este importante ramal rodoviário, que a partir de agora terá nova dimensão com as obras da Usina de Industrialização do Xisto de São Mateus do Sul.

Hoje, pode ser considerada uma importante rodovia por ligar áreas de produção agrícola de Santa Catarina e do Paraná.

É um traçado rodoviário em meio a uma região de exploração da pecuária, da suinocultura e da avicultura. E não se compreende porque é que o Ministro dos Transportes, conhecendo estas potencialidades, até agora não tem se manifestado de forma a determinar a melhoria das condições de tráfego naquela rodovia.

Por isso, apelo hoje ao Sr. Governador Ney Braga, no sentido de que renove, com maior vigor, as solicitações junto ao Ministério dos Transportes, para que sejam executadas as obras necessárias a dotar aquela rodovia de melhores condições de tráfego.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nosso futuro depende, em muito, de nossa preocupação com a preservação do meio ambiente, sobretudo em face do veloz e devastador desmatamento ocorrido nas últimas décadas: em cerca de 30 anos, a cobertura com matas nativas no território paranaense, ficou reduzida de 59,1 para 5,1 por cento.

Estes percentuais, traduzidos em áreas, nos dizem que, para um total de aproximadamente 11 milhões e 800 mil hectares de matas existentes em 1950, verificou-se uma drástica redução para 1 milhão e 30 mil hectares em meados de 1979.

O rápido desmatamento e a exploração impensada, levados a efeito em nome do desenvolvimento agrícola e da urbanização sem a necessária observância da preservação dos recursos naturais renováveis, indispensáveis à manutenção do equilíbrio ecológico, causaram esta sensível redução das áreas verdes do Estado.

A consequência disso é o fenômeno da erosão que vem assolando nossa agricultura, são as mudanças verificadas na disponibilidade da água, na cobertura florestal e nos índices de fertilidade do solo.

Convivemos ainda, com os graves problemas relacionados ao rebaixamento do lençol hidrostático, à falta de madeira, assoreamento de rios, redução da fauna silvestre, a quase completa extinção da microbiologia, comprometimento do microclima em diversas regiões do Estado, ao aumento da velocidade dos ventos, que passou de 20 a 30 km/h, para 80 a 120 km/h num decurso de apenas 15 anos.

E isso tudo, senhores, à revelia das recomendações dos técnicos em ecologia, que incessantemente, vêm advertindo aos homens e às entidades sobre os terríveis efeitos da devastação das matas e da poluição do ambiente natural.

Diante desses fatos, anima-nos a ação da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, que preocupada com o problema, busca reorganizar o complexo ecológico básico do Estado do Paraná.

Através de recursos do PRODOPAR — Programa de Desenvolvimento do Oeste Paranaense e do IBDF — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, aquela empresa, em conjunto com o ITC — Instituto de Terras e Cartografia, está desenvolvendo vários programas voltados à defesa do ecossistema dentre os quais o reflorestamento da região de Cascavel, como etapa inicial.

Até o fim do mês de abril, 850 mil mudas de árvores foram distribuídas gratuitamente aos agricultores que têm propriedades nos dez municípios daquela região do oeste do nosso Estado. Em meados do ano, o total de mudas distribuídas alcançará a casa de 1,2 milhão.

Cumpre-nos enaltecer a oportuna e conscienciosa iniciati-

va daquela entidade, cujo primeiro programa de reflorestamento representa, sem dúvida, um importante passo para a restauração do patrimônio natural devastado, significando, inclusive, mais uma ampla tomada de consciência da necessidade de preservação do meio ambiente.

Dada a relevância do programa da EMATER para a preservação de nossa ecologia e conseqüentemente para a melhoria dos níveis de saúde da população paranaense, permitimo-nos sugerir a expansão da ação reflorestadora a todas as regiões do Estado, com prioridade à reconstituição das matas às margens de rios e nos topos de morros, por apresentar eficientes resultados no combate à erosão e poluição das águas.

Julgamos ainda, que este programa de reflorestamento deveria ser objeto de ampla campanha de divulgação de seus efeitos benéficos sobre a saúde da população, aproveitando a oportunidade para conscientizar as populações rural e urbana do Estado, de que a defesa dos bens naturais é responsabilidade não só do Estado, mas de cada cidadão.

Pedimos, senhores, um voto de louvor não apenas às entidades que direta ou indiretamente encontram-se vinculadas ao programa em epígrafe, mas em especial ao eminente Governador Ney Braga — grande defensor de nossa ecologia — pelo prestigiamento e apoio dedicados a medidas dessa natureza.

Reafirmamos a certeza de que, somente através de atitudes a exemplo desta a que ora nos referimos, poderemos ter assegurada a preservação de nosso ecossistema e garantidas as condições de salubridade de nossa população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para fazer um registro nesta Casa: voltamos ontem de Brasília, juntamente com os Deputados Lázaro Dumont e Wilson Fortes, onde participamos do III Encontro Nacional da Cafeicultura.

E, diga-se de passagem, foi a maior concentração, o maior encontro de cafeicultores da história agrícola brasileira.

Tínhamos, em Brasília, cerca de seis mil participantes de todos os Estados produtores, de todas as regiões produtoras. Foram ônibus, foram pessoas com os maiores sacrifícios pessoais, pequenos e médios produtores que lá estiveram para participar de uma justa reivindicação, porque a cafeicultura brasileira tanto contribuiu e tão pouco tem recebido.

Vou, para registro dos Anais desta Casa, ler a Carta de Brasília, que foi aprovada por unanimidade naquele conclave, no último dia 10 do corrente.

“A cafeicultura nacional atravessa dias negros. A alta contante dos custos de produção, as incertezas do mercado, a violenta descapitalização do setor nos últimos anos e a atual falta de preços, estão levando a cafeicultura brasileira a uma das mais sérias crises de sua história.

A expectativa de 237 mil cafeicultores e cerca de seis milhões de trabalhadores e seus dependentes, que vivem do café, é de desesperança.

Este produto, chave da economia nacional, precisa do preço para continuar gerando riquezas e cumprir sua função social: manter empregado todo esse contingente de pessoas.

Diante desse quadro extremamente difícil, premidos por uma inflação das mais altas do mundo, os cafeicultores e suas lideranças, reunidos em Brasília no maior encontro da classe, já realizado no Brasil, reiteram suas reivindicações aprovadas no II Encontro Nacional de Cafeicultura, em Poços de Caldas:

1) o preço mínimo de garantia de Cr\$ 13.038,33 por saca, a vigorar a partir de 1o. de julho e sua indicação à variação cambial do dólar;

2) Financiamentos mais flexíveis em todos os níveis, desde a produção até o porto;

3) política agressiva de comercialização externa, em busca do mercado perdido;

4) extinção do subsídio ao mercado interno, que nenhum benefício tem gerado ao consumidor e que prejudica o produtor;

5) reformulação do Instituto Brasileiro do Café, como primeira etapa, para que ele venha a assumir a defesa da lavoura como atividade principal, dada sua importância social no contexto econômico do País.

PLENÁRIO DO III ENCONTRO NACIONAL DA CAFEICULTURA

Brasília, 10 de junho de 1.981"

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Ocupamos esta manhã a tribuna, para registrar uma recente decisão do Supremo Tribunal, que concedeu a extradição do industrial de São José dos Pinhais, Sr. Bonetti, italiano, por crimes cometidos na Itália, que causaram grandes prejuízos àquele país, segundo anunciaram os jornais.

E o Supremo Tribunal resolveu, contra dois votos, conceder a extradição ao Sr. Bonetti, para ser julgado pela Justiça italiana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Verificamos uma série de contradições de nossa Justiça e das autoridades brasileiras. Não sei se é só neste País, pode ocorrer também em outros países, se dá mais valor pelas coisas materiais, pelo dinheiro do que pelo homem.

Não faz muito, tivemos conhecimento da decisão do Supremo Tribunal, negando a extradição a Franz Wagner, responsável pelo extermínio de milhares de judeus nos campos de concentração, na Alemanha.

Então, verificamos que se dá mais valor ao dinheiro que à pessoa humana. Porque o Sr. Franz Wagner, não haveria de ser julgado também pelos crimes que cometera e o Supremo Tribunal negou a extradição para que ele não fosse julgado pelas autoridades competentes no país onde ele cometeu os crimes hediondos?

Também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o caso de Biggs, assaltante, que tudo se fez neste País para que não se concedesse sua extradição, porque se tivesse aqui no Brasil a figura de Biggs, para que ele não fosse julgado pelo crime cometido na Inglaterra e o mesmo comportamento não tiveram as autoridades brasileiras no caso de Lilian Celiberti e Luvercido Dias, seqüestrados numa verdadeira afronta à nossa soberania. Por que as autoridades brasileiras não tiveram o mesmo comportamento que tiveram no caso Biggs e que em poucos dias obtiveram de volta, com galhardia, até para aquele assaltante que passou até a ser visto como mocinho de televisão, até como um exemplo para que, outros crimes dessa natureza se pratiquem e possivelmente neste País, e ainda há poucos dias praticaram o maior assalto, o mais arrojado, de 71 milhões de cruzeiros.

Então, são essas coisas que acredito até que estão levando os homens a desacreditar na Justiça e nas autoridades, e partirem para o descaminho do crime, e queremos aqui deixar a nossa inconformidade com esse comportamento dúbio do Supremo Tribunal em que nega extradição para um criminoso de seres humanos e concede extradição para quem praticou crimes contra o patrimônio.

Entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que acima dos valores materiais está o ser humano, e infelizmente, tem se dado muito mais valor às coisas materiais, aos bens materiais, que ao homem, porque homens se tem matado na rua, e os cri-

minosos não são punidos e muitas vezes são até protegidos, por quem tem a obrigação de puni-los.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) Concedo a palavra ao último orador inscrito para o Pequeno Expediente, Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Falamos hoje sobre o êxodo rural.

Estamos encaminhando à Mesa, para apreciação do Plenário, um voto de congratulações ao Rotary Clube, pelo êxito da VII Conferência do Distrito 464, realizada em Pato Branco, de 03 a 05 de abril último.

As teses abordadas, agora impressas e que nos chegam às mãos, constituem valioso subsídio fornecido pela citada Conferência Distrital, para a reflexão e tomada de posição sobre diversos aspectos da problemática sócio-econômica paranaense — e por extensão brasileira — entre os quais destaca-se o êxodo rural.

Muito se tem escrito e muito se fala na migração do habitante das áreas rurais e pouco tem sido feito para se evitar que o homem do campo troque sua pobreza relativa pela miséria absoluta da cidade.

Em fins de 1940, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nosso País tinha um brasileiro vivendo na cidade para cada dois no campo. No início dos anos 60, a relação já era de um para um. Hoje, já há uma inversão, com dois habitantes na cidade para cada um, no campo.

Não é a cidade que atrai a população rural. É o campo que repele seus moradores. E, sem estrutura para receber os muitos que chegam, as cidades crescem desordenadamente, aumentam as favelas e a situação urbana que é ruim, tende a piorar.

Os fatores que determinam o êxodo rural são, de há muito conhecidos. O modelo econômico voltado às culturas de exportação e não ao desenvolvimento do mercado interno, o exagerado incentivo às grandes propriedades e à mecanização, a modernização e o alto custo das lavouras, o crédito agrícola que contempla apenas uma pequena parcela dos proprietários rurais, o já astronômico preço das terras, as más condições sociais de vida do homem do campo, a problemática ainda presente da legalização fundiária, a ausência das universidades rurais e a instabilidade da política agrícola, são, das mais notadas, as causas do crescente abandono das atividades rurais.

Falta-nos é notório, um planejamento global de nossas atividades econômicas. Prova disto é que, somente a usina de Itaipu, quando entrar em funcionamento daqui a dois anos, terá formado um reservatório de aproximadamente 140 mil hectares em superfície, equivalente a dez por cento do total da área de nosso Sudoeste.

E não foram tomadas medidas realmente eficazes, de forma antecipada para o assentamento, em outras localidades, das milhares de famílias na maioria pequenos produtores rurais. Prova disto foi o triste espetáculo dos colonos acompanhando e protestando, para que seus direitos fossem atendidos.

A cidade não ganha com o êxodo rural. O campo, o Paraná, o Brasil e os brasileiros, muito perdem com o abandono dos minifúndios.

Ainda é tempo de contermos esta suicida escalada de urbanização.

Se medidas urgentes e eficazes forem tomadas, não só poderemos brevar o fluxo migratório como, até mesmo, revertermos as tendências naturais que hoje se nos apresentam.

O incentivo à pequena propriedade, a estratégia de valorização das culturas de subsistência, o direcionamento dos investimentos com prioridade para a tração animal, uma política eficaz de distribuição de terras, a melhoria das condições sociais do meio rural, o reassentamento dos produtores, a dinamização do programa de eletrificação rural, seriam medidas

que, a curto prazo, revitalizariam os minifúndios, aliás ainda hoje os responsáveis maiores por grande parte do total de nossa produção agro-pecuária.

Aqui ficam de público, mais uma vez, as análises, as advertências e as graves conseqüências do êxodo rural, que nada mais é do que a frustração dos pequenos proprietários desiludidos com a dura realidade do campo.

Ficam também, mais uma vez, nossos cumprimentos à VII Conferência do Distrito 464 do Rotary Club, por ter abordado, com imparcialidade e brilhantismo, este que é um dos temas mais polêmicos da atual realidade brasileira.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) Encerrado o horário do Pequeno Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

No horário do PDS, o Deputado Erondy Silvério usará a tribuna por oito minutos, e o Deputado Airtton Cordeiro pelos sete minutos restantes.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa de hoje, especialmente "O Estado do Paraná", publica em sua segunda página o seguinte:

"O Líder da Bancada do PMDB na Assembléia Legislativa, Deputado Nelton Friedrich, manifestou sua surpresa ante a atitude do Líder da Maioria, ao acusar na sessão plenária de anteontem, um repórter de televisão, deturpar notícia que nem sequer fora ainda editado. O Parlamentar afirmou que o jornalista informaria erroneamente aos telespectadores, sob a presença de dois únicos Parlamentares do PDS em plenário, no momento que era votado um requerimento da Oposição.

O Líder do PMDB disse ainda, ter tomado conhecimento de que mais tarde o Líder do PDS teria telefonado à direção da emissora tentando evitar que o tape fosse levado ao ar, etc. etc.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Existem certas normas de conduta e certas regras que os homens não podem ignorar, principalmente nas Casas Legislativas onde os representantes do povo atuam.

Esta nota, se verdadeira, se estas expressões foram as expressões reais usadas pelo jovem Líder do PMDB, isto me causa não estranheza mas muita tristeza.

Eu, já calejado nos embates parlamentares, nas lides políticas, costumo analisar os homens. E este jovem me parece talentoso e de muito futuro na política, que muito tem ainda a oferecer ao Paraná e ao Brasil, e é pena que, no seu primeiro mandato, enverede por caminhos desta natureza.

Não vou me alongar em meus comentários, apenas vou lançar aqui um repto ao nobre Deputado Nelton Friedrich, nobre Líder do PMDB nesta Casa. Quem acusa, tem que evidentemente provar. O repto que lanço é que, se o nobre Deputado provar que telefonei à emissora de televisão para que não levasse ao ar a reportagem daquela moça, não voltarei mais a esta Casa, Sr. Presidente. Renunciarei publicamente o meu mandato, porque um homem que pede a palavra no plenário de uma Casa de Representantes do povo e que verbera atitude parcial de um repórter, como ela o fez aqui naquela tarde, e que depois telefona, acovardado, à emissora de televisão, pedindo que não vá ao ar suas palavras, este homem é um covarde e que não pode representar o povo.

Assumo e sempre assumi a responsabilidade de meus atos. Não estou aqui para ser agradável a ninguém, muito menos à imprensa, porque a imprensa deve ser imparcial, registrar os fatos.

Não estou aqui para ser agradável à imprensa, para subir através de promoções de imprensa. Ou eu agrado, contento os meus eleitores, a parcela que votou em mim pela minha atuação

ou não mereço estar aqui.

Agora, se o nobre Líder do PMDB não provar o que falou, ele vai passar por aquilo que não gosta de ser: mentiroso.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) No restante do horário da Liderança do PDS, usará a tribuna o Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao comemorar seu 212o. aniversário amanhã, o Município da Lapa não pode deixar de ser lembrado por todos os paranaenses, como importante elemento de formação não só da vida cultural, como política e social de nosso Estado.

Ninguém esquece que nasceram na Legendária, nossos primeiros bacharéis em Ciências Jurídicas, o primeiro engenheiro, os primeiros médicos e o próprio fundador da Universidade Federal do Paraná.

Da Lapa saíram igualmente, conselheiros do Império, embaixadores, senadores, deputados estaduais e federais, homens da ciência e intelectuais.

Seus filhos combateram na Guerra do Paraguai, participaram dos Farrapos e do Contestado, e asseguraram seu lugar de destaque na memória nacional, quando em 1894, a cidade, invadida pelo exército revolucionário dos federalistas rio-grandenses, foi submetida a impiedoso cerco.

Município que respira história, a Lapa cumpre seu papel duplamente. Projetou-se sempre na vida do Estado e soube igualmente e com força, resguardar cuidadosamente as marcas de seu passado que, afinal, é o passado de toda a nossa gente.

Diz a "Carta de Atenas" sobre o Patrimônio Histórico, que "a vida de uma cidade é um acontecimento contínuo manifestado através dos séculos por obras materiais, traçados ou construções, que a dotam de personalidade própria e da qual vai emanando sua alma, pouco a pouco.

Estes testemunhos preciosos do passado é que devem ser respeitados. Tanto por seu valor histórico e sentimental, como também porque alguns levam, em si mesmos, uma virtude plástica na qual toma corpo e mais alto grau de intensidade do gênio humano.

E esta herança nobre, parte de nossa expressão cultural, vem criteriosamente sendo resguardada na Lapa, graças ao dinamismo de sua administração municipal.

O Prefeito Sérgio Leoni, compreende, com sensibilidade, que um País só caminha em direção ao futuro na medida em que conhece sua história e que, para isto, é preciso resguardar, passo a passo, a memória nacional. E defende manifestações culturais, prédios e edificações, não por serem velhos e antigos, mas por corresponderem ao resultado da obra de pessoas anônimas que fizeram da Lapa uma cidade de características peculiares.

Por isso, o município é mais conhecido [hoje] como Cidade Museu ou Cidade Monumento. Conta em seu acervo cultural com importantes edificações arquitetônicas que nos dão o precioso testemunho de outras épocas.

É o caso do Teatro São João — importante centro cultural de outrora, restaurado em seu estilo elizabetano; o Museu de Nemas, em edificação do século passado; Solar de Joaquim Lacerda, construído por mão de obra escrava; o Santuário de São Benedito, Igreja Matriz, Pantheon dos Heróis, além do Monumento do Tropeiro, que em criação de Poty Lazzarotto ressalta a importância da cidade no passado, como ponto de passagem das tropas que se dirigiam a Sorocaba.

Objetivando a execução de obras de preservação, o Prefeito Sérgio Leoni assinou, no ano passado, importante convênio com a Fundação Pró-Memória e inaugurou a Casa da Cultura,

edificação da antiga Rua do Cotovelo — onde nasceu a maior expressão política do Paraná, o Governador Ney Braga — que abriga hoje o acervo documental histórico da cidade.

A preservação do caráter histórico da Lapa tem sido o traço mais marcante da administração municipal atual. Não só pela recuperação de uma singela bica, descoberta ao acaso, como pelo restauro de antigos prédios e pela implantação de um Plano Diretor que impede interferências que possam comprometer a salvaguarda do casario colonial.

Mas, ao mesmo tempo em que preserva seu passado, a Lapa não perde a perspectiva do desenvolvimento e graças a estímulos municipais, amplamente respaldados pelo Governador Ney Braga, caminha para o processo de industrialização e atendimento à sua área urbana. A partir principalmente da pavimentação de ruas centrais; rede de água — através da recente construção de uma estação de tratamento e captação — ampliação de sistema telefônico e rede de energia elétrica.

Ao Prefeito Sérgio Leoni e aos Vereadores daquele município, que tão bem souberam unir passado, presente e futuro, e que registra e guarda sua memória para melhor decidir seu presente, nossas sinceras congratulações. Congratulações que estendemos ao povo de Quitandinha, em nome de seu Prefeito, Francisco Lechinowski, que comemora aniversário amanhã, com vasto programa alusivo à data.

Nossas congratulações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estendemos, nesta hora, ao Município de Quitandinha, que contrastando com os 212 anos da Lapa, completa amanhã 20 anos de existência, numa gestão muito feliz do atual Prefeito Francisco Lechinowski. E amanhã estaremos lá, tanto na Lapa quanto em Quitandinha, representando Sua Excelência o Sr. Governador Ney Braga, para levarmos nosso abraço a essas duas comunidades, que tanto têm oferecido à região Sul do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) No horário do PMDB, ocupará a tribuna o Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há pouco ouvimos a manifestação da Liderança da Maioria, com referência a uma notícia, uma nota enfim, que a coluna política do “O Estado do Paraná” divulga hoje.

Antes de mais nada, há que se reconstituir os fatos, para melhor avaliar o que disse a Liderança da Maioria e o que vamos dizer neste instante.

A imprensa, através de um dos canais de televisão do Paraná, estava presente na sessão, fazendo um trabalho normal. E quando chegou a Ordem do Dia, se verificou com muita clareza a existência de dois Deputados situacionistas na Bancada da Maioria nesta Casa.

O Sr. Quíelse Crisóstomo — Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Darei em seguida.

O Sr. Quíelse Crisóstomo — Só para não perder a oportunidade...

O SR. NELTON FRIEDRICH — Darei em seguida.

Pretendo ao menos reconstituir os fatos, para depois evidenciar. Mas, se Vossa Excelência insiste...

O Sr. Quíelse Crisóstomo — Mas Vossa Excelência já está reconstituindo os fatos com inverdades. Foi feita chamada nominal, havia 31 Srs. Deputados, 14 do PDS.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço a Vossa Excelência, que vem contribuir comigo em meu argumento.

Passaram, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um projeto

de lei, dois, três, quatro, no quinto projeto de lei, Sr. Presidente, exatamente um pedido de utilidade pública do Deputado Palácios, vice-Líder em exercício de plantão nesta Casa, Deputado Darcy Deitos, pediu a verificação de votação. E foi feita a chamada nominal, Sr. Presidente, E daí sim, vieram dos Gabinetes os outros doze Deputados da Maioria desta Casa. O Sr. Quíelse Crisóstomo — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Estes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são os fatos que há que se reconstituir, porque é preciso deixar claro também, e esta Casa foi testemunha...

O Sr. Quíelse Crisóstomo — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Gostaria de terminar a conclusão do meu raciocínio, e darei tantos apartes quantos forem solicitados.

O Sr. Quíelse Crisóstomo — Espero que não demore muito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — ... em que a permanência nesta Casa, por parte dos jornalistas que faziam a cobertura de TV, foi de mais de 45 minutos, uma hora, com várias entrevistas tomadas exatamente neste setor da Casa, tomadas aqui no frontal e que localizou e focalizou a inexistência do número de Deputados, conforme agora se argumenta.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou reconstituindo estes fatos, para chegar exatamente quando o Líder da Maioria fez e solicitou uma questão de ordem, com qual objetivo de rebater uma argumentação que vinha desenvolvendo o Deputado da Oposição.

E no final desta questão de ordem, o Líder da Maioria, numa pré-disposição, na nossa opinião...

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para registro, quero que Vossa Excelência mande registrar a presença dos Deputados da Situação e a quantia de Deputados da Oposição, sentados lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) Será feito, nobre Deputado.

Continua usando da palavra, o nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — No final da questão de ordem, Sr. Presidente, levantada pelo ilustre Líder da Maioria, no final — que entendemos — teve uma pré-disposição macarthista, porque tentou pré-julgar o que viria a ser apresentado no noticiário da noite...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Em seguida darei.

O Sr. Erondy Silvério — Gostaríamos que Vossa Excelência não partisse para ataques de ordem pessoal, porque acaba se dando mal. Mac Arthur pode ser a vozinha de Vossa Excelência, jamais a minha pessoa.

O SR. LINEU TURRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pode pedir pela ordem tantas vezes quantas quiser. É um apelo que faço a Vossa Excelência.

Se Vossa Excelência investir para o terreno pessoal, vai se dar mal.

O SR. LINEU TURRA — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência que as expressões sejam expungidas “Vozinha de Vossa Excelência” quer dizer, são ataques

pessoais que ferem a dignidade da pessoa.

Nós estamos assistindo aqui o quê? Nós falamos em tese e vem um ataque pessoal à dignidade da pessoa, ao Parlamento. Quer dizer, nós refutamos essa maneira de tratar. Então, eu requeiro a Vossa Excelência, Sr. Presidente, que seja um tratamento igualitário, que haja um tratamento de respeitabilidade entre os Srs. Deputados. Esse negócio de "vovozinha, de mentiroso", isso aí não cabe.

O Sr. Erondy Silvério — É o mesmo tratamento que nós exigimos. Exigimos respeito.

O SR. LINEU TURRA — É Vossa Excelência, Deputado, que está dizendo. É Vossa Excelência. Olha, Deputado Erondy Silvério, eu não admito que "ninguém me dê de dedo". Vossa Excelência é acostumado a ir à tribuna e chamar de "vovozinha e não sei o quê". Eu não tenho medo de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — A Mesa defere.

(Soam os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — A Presidência defere o pedido e a palavra continua com o Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, gostaria de continuar.

(Soam os tímpanos).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de deixar registrado que não me ofendem as investidas...

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — A Mesa defere.

O Sr. Primeiro Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Só uma questão preliminar: não há uma matéria em discussão...

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem) Sr. Presidente, pelo Regimento, Vossa Excelência determinou a chamada dos Srs. Deputados.

Então, que se cumpra a decisão da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — A Mesa mandará proceder a chamada dos Srs. Deputados.

(Soam os tímpanos)

(É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Responderam a chamada 24 Srs. Deputados.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de mais nada, quero deixar bem claro, que não me ofende ser considerada minha vovozinha "macarthista", porque ela até ignora isso. E tenho certeza que ela, jamais, teria um comportamento "macarthista" na sua vida.

E além do mais, tanto é "macarthismo" chamar Deputados da Oposição de "vermelhinhos" e comunistas, como tantas outras expressões que temos assistido nesta Casa e como eu disse, acho que é preciso repetir, senti uma predisposição macarthista; não afirmei nesta tribuna há pouco de que a Liderança da maioria tivesse manifestação "macarthista", uma predisposição.

Mas continuo, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Feita esta exposição dos fatos acontecidos, a nossa questão de ordem foi no sentido exatamente de que em defesa genérica do próprio trabalho e da imprensa e da seriedade até desta Casa, de que mais do que as palavras minhas ou de quem quer que seja nesta Casa, o que sobressaía era o retrato que se ficaria no "tape", a gravação pura e simples do vazio que se encontrava esta Casa e principalmente da Bancada da maioria.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, há pouco...

O Sr. Quielse Crisóstomo — Senhor Presidente, Vossa Excelência me concede uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Tem a palavra, para a questão de ordem.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Para que o orador esteja na tribuna e veja realizado todo o seu intento, solicito da Presidência que chame a televisão e a imprensa para que dê notícia do seu discurso, porque o Deputado ultimamente faz questão de, através da televisão e da imprensa de um modo geral, fazer da sua promoção oficial, os ataques que ele profere à Bancada do PDS. Então para que se realize e que a imprensa e a televisão possam focalizar o que possa acontecer hoje aqui...

O Sr. Lineu Turra — Senhor Presidente, não é questão de ordem.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Chame a televisão para que a televisão documente o que vai acontecer, se ele continuar neste intento, para que seja documentado o que vai acontecer daqui a pouco.

O Sr. Lineu Turra — Senhor Presidente, isso não é questão de ordem.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Senhor Presidente, gostaria que Vossa Excelência inclusive, nas questões de ordem levantadas, considerasse o tempo que está sendo ocupado para essas questões de ordem, porque eu não posso nem concluir o meu raciocínio. Além do mais, ouvi agora que tenho proferido ataques. Ao contrário, quanto à questão do esvaziamento da Casa, o que eu tenho visto e tenho aqui trazido, são constatações. Não estou acusando ninguém, não estou atacando, estou fazendo constatações que não só a imprensa e acho que os Senhores Deputados numa auto-crítica vão...

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Dar-lhe-ei o aparte em seguida e peço a Vossa Excelência...

O Sr. Quielse Crisóstomo — Mas já é a terceira vez que Vossa Excelência diz que vai me dar o aparte e não dá.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Já dei o aparte no início e Vossa Excelência...

O Sr. Quielse Crisóstomo — A mim Vossa Excelência não deu o aparte. Vossa Excelência deu aparte ao Deputado Erondy Silvério, aliás, me colocando em segundo plano até.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Darei o aparte posteriormente ilustre Deputado. Deixe apenas eu tentar concluir, no que pese Vossa Excelência acabar de dizer na sua questão de ordem, que a imprensa deve registrar o que poderá acontecer se o Deputado continuar desse jeito. Isso não me ataca, não adianta. Não é por aí.

Continuo, Senhor Presidente. Quero deixar bem claro que quando a Liderança da maioria há pouco colocou até a nível de repto de que nós devemos provar, de plano, quero deixar claro nesta Casa que não sou policial e não tenho tendência alguma de alcaguete, mas quero também frisar que no mesmo dia, à noite, recebi um telefonema na minha casa de uma pessoa preocupada em que exatamente a notícia não saíra no ar, não fora passado o "tape" que fora gravado na Assembléia e dizendo das razões que se recebera um telefonema de alguém aqui da Assembléia, por parte da Liderança dessa maioria, para que houvesse uma restrição nessa notícia.

Ora, Sr. Presidente, além disso está evidente, e se for necessário é lógico, teremos que trazer o depoimento de vários Deputados que estavam aqui na Casa, ontem, não só do PMDB e que ouviram também esta manifestação de que houvera interferência para a não veiculação do que acontecera aqui, quanto a esse esvaziamento que fora registrado por "tape".

É óbvio, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o próprio noticiário não foi ao ar, por razões que não sabemos e também que não nos interessa saber as razões porque que isso

não foi ao ar. Porque temos, e aqui 'abro um parêntesis com muita seriedade, temos em alto conceito a tevê que veio aqui focalizar e que tem tratado com muita segurança, os assuntos desta Casa.

Por esta razão...

O Sr. Erondy Silvério — Permite-me um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Darei em seguida. Sr. Presidente e Srs. Deputados, e quero aqui reforçar com toda honestidade de princípio, as palavras do próprio Líder da maioria que há pouco proferiu da tribuna do dever de ser imparcial a imprensa. Nós concordamos em todos os aspectos com essa afirmação e é exatamente por isso que nós temos em alto grau a liberdade de imprensa, a responsabilidade dos homens de imprensa, porque entendemos, que, a manifestação da imprensa deve ser preservada em todos os sentidos. Até em especial para apontar os erros, mostrar os desvios, os desencontros que possam existir aqui ou onde for. E nós nos bateremos sempre em defesa da liberdade de imprensa, para que ela seja imparcial.

E daí, a nossa concordância em todos os gêneros e graus, como disse o Líder da maioria nesta Casa. E ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, todos os que estão nos ouvindo neste instante, estão sentindo que em instante algum nos referimos à pessoa do Deputado, Líder da maioria. E mesmo na nota que a imprensa veio saber da nossa posição, nós também não nos referíamos em instante algum, à pessoa do Deputado.

E por isso, nego nesse instante, qualquer preocupação de ataque pessoal, qualquer desrespeito, porque não desrespeito ninguém nesta Casa, considero todos os Deputados com assento nesta Casa, com seu voto legítimo. Portanto, não são ataques pessoais.

Se as circunstâncias, Sr. Presidente, se as circunstâncias de estar na Liderança da minoria do PMDB, nesta Casa, nos obriga também, muitas vezes, a tomar atitudes, comportamentos e reações, que possam pessoalmente ter um sentido, mas que tem o universo de liderança e tem o universo de bancada para comandar.

E eu reforço aqui, Sr. Presidente, que há três dias atrás, numa entrevista à mesma televisão, nós ouvíamos o próprio Líder da maioria dizendo: "lugar de Deputados é aqui na Assembléia, é aqui no plenário, porque ganham do povo e o lugar deve ser aqui". E, nós dizíamos naquela mesma entrevista, logo após, que nós estamos acostumados a ver as minorias opositoras fornecerem o "quorum" necessário para o andamento dos serviços deste plenário e desta Casa.

E é óbvio, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que cada um entenda como bem entender, e coloque a carapuça que achar necessária em cima dessas duas entrevistas, que foram proferidas e apresentadas perante o Paraná.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Eu só solicitaria ao orador, que verifique quantos Deputados tem na Oposição, para poder falar em maioria.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência me concedeu o aparte? Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Darei o aparte no momento oportuno, porque peço ao menos, o direito...

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Está com a palavra o Deputado Nilton Friedrich. E, resta um minuto para conclusão do seu tempo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem) Sr. Presidente.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, eu fui de uma delicadeza...

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem) Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Quielse Crisóstomo da Silva.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Regimentalmente, pelo artigo 151, § 5º, o Deputado que está na tribuna, não somente está mentindo, como atacando pessoalmente, o Líder do PDS.

Quero fazer o testemunho, a prova documental da minha questão de ordem. Estou fazendo aqui a prova documental e regimental do que estou dizendo. O jornal de hoje...

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Isto não pode. Inscreva-se em explicações pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — (Faz soar os tímpanos) Está encerrado o tempo do nobre Deputado Nilton Friedrich.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Erondy Silvério — Está encerrado, está encerrado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Quero agradecer o "bom comportamento" que obtive por parte da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Consultamos à Liderança do PTB se deseja fazer uso do seu horário. — (Declina). Tendo declinado, consultados à Liderança do PP. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, a minha questão de ordem não afetaria o tempo do orador que estava na tribuna, porque era uma questão de ordem regimental. Somente para dizer que enquanto o Sr. Líder da Oposição afirmava...

(Conversas paralelas)

O SR. LINEU TURRA — Que não seja nem registrada uma questão de ordem destas, é matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — O nobre Deputado Quielse Crisóstomo poderá usar do horário de Explicações Pessoais.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, o artigo 151...

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 20/80, que concede o título de Cidadão Honorário ao Excelentíssimo Senhor Cardeal D. Paulo Evaristo Arns.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 20/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A .

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná à Sua Excelência Reverendíssima DOM PAULO EVARISTO ARNS.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de junho de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — A Presidência defere e solicita do Sr. Primeiro Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência proclame o resultado da chama-

da nominal pediria que Vossa Excelência após, fornecesse à Liderança do PDS, a Certidão da ATA da presente sessão, bem como da presente chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — A Presidência defere.

Responderam a chamada nominal 25 Srs. Deputados.

Não há “quorum” para votação e sim para prosseguimento da sessão.

Encerrada a discussão da Redação Final do Projeto de Lei n.º 20/80.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 16/81, (Mens. Govern. n.º 31/81), ficando excluídas da incidência do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias, as vendas de impressos produzidos pelos estabelecimentos da indústria gráfica sob encomenda direta do consumidor e usuário final. — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 16/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — As vendas de impressos produzidos pelos estabelecimentos da indústria gráfica sobre encomenda direta do consumidor e usuário final, ficam excluídas, a partir de 1.º de janeiro de 1981, da incidência do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de junho de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 30/81, que altera os dispositivos que especifica, da Lei n.º 7.297 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 112/79, que estabelece como órgão representativo dos jornalistas credenciados pela Assembléia Legislativa, o Comitê de Imprensa, e dá outras providências. — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 112/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — O Comitê de Imprensa é o órgão representativo dos jornalistas credenciados pela Assembléia Legislativa.

Parágrafo único — É de exclusivo direito, dos jornalistas credenciados, o acesso às dependências privativas da Assembléia, ressalvados os casos previstos em regulamento próprio.

Art. 2.º — O Comitê de Imprensa reger-se-á por regulamento baixado pela Mesa, e considerado parte integrante do Regimento Interno da Assembléia.

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de junho de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 11/81, (Mens. Govern. n.º 25/81), que aprova o termo de convênio de cooperação SELP/174, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Adrianópolis, objetivando o repasse de verbas para ampliação do micro-sistema de abastecimento de água da localidade de Sete Barras e para saneamento básico. — Encerrada a

discussão.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio de Cooperação SEPL/174, celebrado em 16 de dezembro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Adrianópolis, objetivando o repasse de verbas para ampliação do micro-sistema de abastecimento de água da localidade de Sete Barras e para saneamento básico em outras localidades do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de junho de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 12/81, (Mens. Govern. n.º 26/81), que aprova o Convênio de Cooperação SELP/155, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, que através das Secretarias de Estado do Planejamento e da Saúde e do Bem-Estar Social, com o Município de Adrianópolis, objetiva a construção e equipamento de Mini-Postos de Saúde nas localidades que especifica. — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio de Cooperação SEPL/155, celebrado em 11 de dezembro de 1980, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado do Planejamento e da Saúde e do Bem-Estar Social, e o Município de Adrianópolis, objetivando a construção e equipamento de Mini-Postos de Saúde nas localidades de Sete Barras e João Surrá, no referido Município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de junho de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 13/81, (Mens. Govern. n.º 28/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Apucarana, objetivando a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação e obras complementares do novo aeroporto do referido município. — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 05 de dezembro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Apucarana, objetivando a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação e obras complementares do novo aeroporto do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de junho de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Armindo Francisco dos Passos, ocorrido no Município de Clevelândia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Planejamento, consubstanciado em sugestão, visando a inclusão no Orçamento Geral do Estado para o exercício financeiro de 1982, de dotação para aquisição de terras, objetivando o reassentamento de indenizados com a construção de hidrelétricas em nosso Estado. — Em

discussão.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Adia-se a discussão do requerimento na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Rotary Club pelo êxito da realização da VII Conferência do Distrito 464 de Francisco Beltrão. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 15, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia em fase de votação.

Levanta-se a sessão.